

Terra e política no Mato Grosso do Sul: questões para o presente

Suzana Arakaki¹

A intensificação da ocupação da região sul do Mato Grosso do Sul por não índios, data do último quartel do século XIX, ao final da Guerra do Paraguai. Aos remanescentes, ex-combatentes da guerra que permaneceram na região, juntaram-se os primeiros migrantes gaúchos, provenientes da região sul que se deslocaram rumo ao norte, fugindo da revolução federalista.

Do território originalmente indígena, foi o autóctone sistematicamente desalojado de suas terras. Foram presas fáceis dos bandeirantes, ávidos por ouro e mão-de-obra a ser usada nas plantações paulistas e, submetidos à catequese pelos religiosos. Transformado em parceiro, na defesa das fronteiras brasileiras, o indígena foi aliado do Brasil na Guerra contra o Paraguai. Mas ao final da guerra:

[...] os índios não conseguiram o essencial, que era a garantia de permanecerem livres e seguros em suas terras. Pelo contrário, com o fim do conflito intensificou-se a apropriação das áreas indígenas por fazendeiros da região e por antigos soldados envolvidos na guerra. Esta situação foi se agravando até o início do século XX, quando constatada e denunciada por Cândido Mariano Rondon. (VASCONCELOS:1999,P.95)

Até então objeto de curiosidades nos relatos de viajantes europeus e nos estudos religiosos e científicos, o índio passou a ser um elemento indesejado para o novo contexto que se apresentava, qual seja, o projeto civilizador do início da República que desejava integrar o índio à nação. Integrar, naquele momento, representou tirar o índio do *estado de natureza* e *barbárie* em que vivia. É com este intuito que, a partir de 1910, foi criado o Serviço de Proteção ao Índio –SPI.

O papel do índio na historiografia mato-grossense figura entre secundário e obstáculo a ser superado. Segundo Zorzato:

No que diz respeito às narrativas das contendas com os indígenas relativas ao início da inserção de Mato Grosso “na história”, isto é, após a colonização, elas reforçam, sobretudo a imagem de “obstáculos” a superar, Mas não se detém em relacionar massacres, extermínios, escravizações e perseguições feitas pelos seus antepassados contra os índios. Os historiadores apenas resgatam a superioridade civilizatória dos sujeitos que adentram o sertão. Essa superioridade é, a princípio, militar, contra a qual os indígenas têm que ceder. Transforma-se, em seguida, em capacidade de civilizar (ZORZATO: 1998, P.100).

¹ Professora assistente do Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS

Ao homem branco atribuiu-se o papel civilizador e, segundo Zorzato, é a partir dessa concepção que se verifica um longo silêncio da presença indígena na historiografia local. Silêncio e ausência que serviram de cortina para as sucessivas expropriações de suas terras.

Durante o governo de Getúlio Vargas (1937-1945), denominado Estado Novo, foi lançada a campanha *Marcha para o Oeste*, que consistia na política de incentivo ao povoamento da parte oeste brasileira. A campanha assentava-se nos fundamentos da geopolítica, concepção que remonta às vésperas da primeira Guerra mundial, quando os países envolvidos lutavam em busca de expansão territorial, denominada de “espaço vital”. A *Marcha para o Oeste*, diferentemente daquela concepção, buscava a expansão interna, isto é, dentro do território brasileiro.

Visando a integração das regiões, a Marcha, sobretudo, estava inserida no discurso varguista, de construção: “[...] de um Estado forte para impulsionar o desenvolvimento econômico à base da coesão nacional” (BITTAR: 1998, p.186)

Após assumir o poder, Getúlio Vargas idealizou o fortalecimento do Estado como forma de combater as oligarquias regionais. Para tanto, nomeou interventores nos Estados vinculados diretamente ao aparelho burocrático, neutralizando o poder das elites estaduais:

Para Marisa Bittar, o Estado Novo, caracterizado pelo poder ilimitado do presidente Getúlio Vargas, serviu para implementar:

O mecanismo de integração e concentração de poder, por meio da cooptação política, bem como a ação do Estado como gestor do desenvolvimento capitalista enquadrava-se no conceito teórico definido como *via prussiana*, isto é, a modernização conservadora. [...] Aglutinando forças convergentes e controlando as antagônicas, o Estado Novo se consolidou cada vez mais no poder, sempre ajudado pelos mecanismos centralizadores que esvaziavam o regionalismo e favoreciam a desarticulação do poder oligárquico (BITTAR: 1998, P.185).

O intervencionismo estatal na economia tinha como objetivo o desenvolvimento industrial e consolidação do mercado interno, configurando as regiões Norte e Centro-Oeste como novas fronteiras agrícolas e a localização da produção industrial no eixo São Paulo-Belo Horizonte–Rio de Janeiro. É nesse contexto, de integração espacial e econômica que se insere a campanha *Marcha para o Oeste*:

Postulada pelo pensamento político e geopolítico do regime no decorrer dos anos 30 e 40. A retórica criada sobre o fato de o Brasil ter, à época, quase a metade de seus espaços territoriais desocupados, fortaleceu-se após 1930 e, particularmente, com o estabelecimento do Estado Novo, quando o nacionalismo passou a ser sistematicamente incorporado à ideologia do regime. Esboçando a intenção de ocupar esses espaços vazios surge o *slogan* “*Brasil, país do futuro*”, sintetizando a retórica nacionalista sobre a interiorização do país (BITTAR: 1998, P. 186).

A ocupação, segundo Alcir Lenharo, simbolizava a união simbólica de todos os brasileiros “[...] articulava a imagem indivisa de uma nação homogênea e acabada, superadora de conflitos sociais. A conquista do oeste significava para o regime a integração territorial como substrato simbólico da união de todos os brasileiros [...]” (Lenharo: 1986, p. 18). A Marcha, ainda segundo Lenharo, serviu para:

[...] orientar economicamente o país, neutralizar “os efeitos dissociadores”, “afastar os problemas secundários” limando o caminho principal da integração das ilhas econômicas, através do alargamento do mercado interno. O Estado novo viera para ampliar a diversificação da produção, agrupar núcleos econômicos através de um sistema de transportes, e, desta forma, assegurar um “poderoso vigamento à unidade nacional”. (LENHARO: 1986, P. 26)

Os projetos visando à integração regional decorreram de estratégias geopolíticas, estudos desenvolvidos a partir do conhecimento acurado do espaço geográfico para, efetivamente, implantar ações de Estado. A composição semântica vem de geo – terra, e política – arte de governar. Espaço de discussão para várias teorias e doutrinas, a geopolítica, no Brasil, encontrou nos meios militares sua seara.

Para Marisa Bittar, a campanha Marcha para Oeste foi idealizada a partir dos fundamentos teóricos da geopolítica que nortearam a Primeira Guerra Mundial. Todavia, no Brasil, ao contrário dos países envolvidos na primeira guerra que procuravam conquistar territórios, “o espaço vital”, o espaço a ser conquistado era o espaço interno. Os estudos de Bittar apontam as referências que alicerçaram o projeto de Getúlio Vargas: a ocupação das fronteiras, vislumbradas na obra de Cassiano Ricardo, *Marcha para Oeste* e a interiorização do país, prevista por Mario Travassos. A tese defendida por Travassos consistia na ocupação do oeste brasileiro como fator determinante para a liderança brasileira no âmbito da América do Sul, emergindo como potência regional: e na determinação do próprio presidente Getúlio Vargas que, ao contrário dos pensamentos anteriores, pretendia apenas a expansão demográfica e econômica dentro do território nacional (BITTAR: 1998, p. 198).

Bittar considera ainda que a expansão econômica está diretamente ligada à expansão do capitalismo no Brasil e que a mesma se deu pela via autoritária, visto que, aliado à expansão geográfica e econômica, estava dentro das pretensões de Vargas, o controle sobre o território nacional. Era preciso, no entanto, conhecer o território a ser ocupado, para melhor controlá-lo. Foi nesse contexto que se deu a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 1938, cujos estudos visavam fortalecer o Estado Nacional.

Os territórios federais, parte do projeto Marcha para Oeste, durante o governo de Getúlio Vargas, segundo Foweraker, destinavam-se a desenvolver as regiões de fronteira mediante a colonização, além de resguardar fronteiras e, como os governos estaduais não tinham condições financeiras para realização do projeto, coube ao governo federal a tarefa (FOWERAKER: 1982, p. 135).

Nos anos 30 e 40, os estudos geopolíticos sobre política de fronteiras, protagonizados por Everardo Backheuser serviram, primeiramente, de inspiração para a criação dos territórios federais, inclusive o de Ponta Porã. Segundo, a fronteira é a epiderme do organismo estatal, captadora das influências e pressões forâneas e, como tal, deve estar subordinada ao poder central e não às autoridades regionais que manifestam menor sensibilidade para esses problemas. Foram criados os territórios federais de Amapá, Rio Branco, Guaporé, Fernando de Noronha, Ponta Porã e Iguaçu.

O cerco ao monopólio da Matte Larangeira se fechou com a criação do Território Federal de Ponta Porã, que se deu através do Decreto-Lei n. 5.812, de 13 de setembro de 1943.

A criação do Território tinha como escopo promover o desenvolvimento da região, até então considerada como potencialmente rica, todavia, inóspita e insegura, entregue aos bandos armados, vislumbrando um quadro de desordem e violência, denominado por Corrêa como um império de bandidos. O Mato Grosso segundo o autor ficou conhecido durante quase toda a primeira metade do século como terra de bandidos e, na realidade, o banditismo floresceu na região com características endêmicas, a ponto de se comparar ao cangaço nordestino (CORREA: 1995, P. 149).

A violência existente no sul do estado foi atribuída aos bandos armados que espalhavam terror entre as fazendas. Precisamente nesta região fronteira, antigos moradores lembram que a criação do Território trouxe esperança de desenvolvimento, haja vista que a cidade sobrevivia com poucos recursos, além da segurança pública seriamente comprometida pela ação de:

[...] grupos de facínoras conhecidos como *quatreros*, que rondavam as fazendas mais prósperas nelas promovendo terríveis chacinas, cujo reflexo transformava-se num pavor incontido em meio à população local.

[...] não bastasse tanta agrura na vida dos mato-grossenses daquela região, o governo do Estado, pensando em dar cobro a tanto mal reunido, criou um grupo policial denominado Captura (CAPILÉ JR: 1996, P.33).

Logo após a criação do Território Federal de Ponta Porã, em setembro de 1943, o contrato de arrendamento de terras concedido à Matte Larangeira não foi renovado, eliminando, de certa forma, o controle da Companhia sobre as matas nativas ricas em erva mate. A partir de então, o vasto território dominado pela empresa ficou sob fiscalização federal (LENHARO: 1986, P. 66). No entanto, a companhia continuou operando a extração da erva em suas próprias terras.

De fato, a política de Vargas de ocupação de espaços vazios, entre esses foram identificadas às regiões Norte e Centro-Oeste, que fizeram parte do discurso colonizador varguista. Segundo Oliveira:

[...] a política de colonização de Vargas, durante o Estado Novo, teve como fio condutor o desenvolvimento econômico do país. Nesse sentido, os projetos desencadeados pelo governo federal foram direcionados visando a alcançar esse objetivo. O projeto colonizador estadonovista no Centro-Oeste, por exemplo, vinculava-se ao projeto de desenvolvimento do capitalismo no campo, haja vista que os elementos básicos para tal empreendimento existiam, quais sejam, espaços geográficos despovoados ou semipovoados com terra fértil em abundância; e trabalhadores sem terra que sonhavam em adquirir um pedaço de chão, contingentes de trabalhadores desempregados nas cidades, vítimas da seca do nordeste (OLIVEIRA: 1999, p. 134).

A partir da criação da CAND, outras companhias de colonização privadas se instalaram na região, inspiradas em modelos recentes de colonizações paulista e paranaense, que compravam extensas áreas de florestas do estado ou de particulares e as subdividiam em lotes (GRESSLER: 1998, p. 185).

Com forte estímulo por parte do estado, e sob a égide do governo militar, no Mato Grosso do Sul, novas cidades foram surgindo, estruturando-se, sobretudo na fronteira. A situação fundiária no estado permaneceu calma até o final da ditadura militar. Com o restabelecimento do processo democrático no país e promulgação de uma nova Constituição, novas possibilidades relacionadas a posse de terras se apresentaram a determinados segmentos até então mantidos no silêncio. Dentre eles, os indígenas de etnias diversas e as comunidades negras, estabelecidas no estado desde tempos imemoriais, no caso dos indígenas, e desde os tempos do império, no caso dos negros.

Os indígenas, conforme já aludido, foram confinados pelos sucessivos órgãos estatais de nomes variados, mas todos com a mesma finalidade: manter os indígenas em reservas, expropriando suas terras e destinando-as às ocupações que visavam resguardar fronteiras.

Desde 1988 iniciou-se a reivindicação de antigas áreas, dando início aos conflitos agrários no estado. A primeira reivindicação foi da Aldeia Panambizinho, criada na década de 50 e reconhecida como terra indígena em 2004 e a eles devolvida (MACIEL: 2005). Terras

agricultáveis, férteis, que vinham sendo cultivadas pelos brancos desde a implantação de colônias agrícolas no estado. O conflito verificado durante todo processo de reivindicação, demarcação e finalmente devolução durou cerca de duas décadas. Duas décadas de conflitos envolvendo indígenas e proprietários e que resultou em retomada das terras pelos indígenas. Outras áreas em estudo são, atualmente, objetos de disputas acirradas entre indígenas e as classes proprietárias. Sindicatos rurais das cidades do Sul do estado de Mato Grosso do Sul vem lutando de várias formas para não perderem as áreas em litígio, a exemplo da Aldeia Panambizinho e, mais recentemente, a área Raposa Serra do Sol, na região norte do país.

Outro conflito latente envolvendo a questão agrária refere-se às reivindicações dos quilombolas. No estado de Mato Grosso do Sul existem cerca de catorze áreas reivindicadas e a serem demarcadas e que se encontram em estudo pelo INCRA. Já reconhecidas pela Fundação Palmares como tal, até o presente, duas áreas tradicionalmente ocupada pelos quilombolas já foram reconhecidas pelo órgão federal.

Quanto às demais áreas quilombolas ainda em estudo, verificam-se ações hostis de um lado e uma luta pacífica de outro. Tome-se como exemplo, a Associação da Comunidade Negra Rural Quilombola Dezidério Felipe de Oliveira, localizada no distrito da Picadinha, no município de Dourados. A Associação é formada por 102 famílias e reivindicam 3.748 hectares. Muita terra, grandes conflitos. O embate pode ser acompanhado pela imprensa regional. Editoriais de periódicos ou matérias assinadas são elucidativas para entender o momento político vivenciado pelos segmentos: “Quilombo forjado”, “Quilombo na Picadinha é fraude”, “Ministério Público Federal cobra explicações sobre demarcações de terras quilombolas” são algumas das manchetes que evidenciam a disputa por terras no sul do estado. O conflito envolve outros setores. O Sindicato Rural de Dourados aliou-se ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul para refutar a existência da comunidade quilombola Dezidério. Em “Estudo descarta quilombo em Dourados”, veiculado pela imprensa local, o Sindicato Rural vale-se de um estudo feito pelo IHGMS para denunciar a “invenção” de áreas quilombolas pelo país. Os estudos prosseguem, não obstante a resistência de ambos os lados.

Referências bibliográficas:

- ARAKAKI, S. *Dourados: memórias e representações de 1964*. Dourados: Editora Uems, 2008.
- BIANCHINI, Odaléa da Conceição Deniz. *A Companhia Matte Larangeira e a ocupação da terra ao sul de Mato Grosso (1880-1940)*. Campo Grande : Ed. UFMS, 1994.
- BITTAR, Marisa. *Geopolítica e separatismo*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1999.

- BORGES, Fernando Tadeu de Miranda Borges. *Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870 a 1930)*. São Paulo: Scortecci, 2001.
- BORGES, Vavy Pacheco. *História e Política : laços permanentes*. In: Revista Brasileira de História, vol. 12, n. 23/24. São Paulo, Anpuh/Marco Zero, setembro 91/agosto 92, p. 7-18.
- CAMARGO, Aspásia. História oral e política. In: MORAES, Marieta de. *História Oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro, 1994.
- CAPILÉ Jr. João Augusto. Capilé Júlio. CRUZ, Maria de Lourdes Souza. *História fatos e coisas douradenses*. S/d., 1995.
- CHAUVEAU, A. TÉTARD, Ph. (Org). *Questões para a história do presente*. Trad. Ilka Stern Cohen. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso: 1889-1943*. Campo Grande: Editora UFMS, 1995.
- COUTO E SILVA, Golbery. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1967.
- ESTUDO descarta quilombo em Dourados. *NOTÍCIAS MS.COM*. Campo Grande (MS) 29 dez 2008.
- FLOWERARKER, Joe. *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- GRESSLER, Lori Alice. SWENSSON, Lauro Joppert. *Aspectos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul*. Dourados, 1998.
- INFERNO no Campo. *O PROGRESSO*. Dourados (MS) 22 abr.2009.
- LENHARO, Alcyr. *A terra para quem nela não trabalha (A especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50)*. Revista Brasileira: Terra e Poder, n. 12. Campinas.
- _____. *Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia e Centro-Oeste*. São Paulo: Editora Unicamp, 1985.
- MACIEL, Nely A. *História dos Kaiowá da Aldeia Panambizinho: da década de 1920 aos dias atuais*. Dourados. Dissertação (Mestrado em História). UFGD, 2005.
- MARTINS, Jose de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.
- OLIVEIRA, Benícia Couto de. *A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1956)*. São Paulo, 1999. Dissertação (Mestrado em História). UNESP.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes. Trad. Francisco Silva, 1986.
- QUILOMBOS em MS *O PROGRESSO*. Dourados (MS) 23.Out. 2008
- QUILOMBO forjado. *O PROGRESSO*. Dourados (MS) 29 abr 2009.
- QUILOMBO na Picadinha é fraude, afirma Marisvaldo. *DOURADOS AGORA*. Dourados (MS) 29 abr 2009.
- RÈMOND, R. (Org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.
- ROSANVALLON, Pierre. *Por uma História Conceitual do Político*. In: Revista Brasileira de História. Vol. 15, n. 30. São Paulo: Anpuh/Contexto, 1995.
- VASCONCELOS, Cláudio Alves de. *A questão indígena na província de Mato Grosso: conflito trama e continuidade*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1999.
- ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e Identidade : Considerações sobre a Historiografia em Mato Grosso (1904-1983)*. São Paulo. Tese (Doutorado em História). USP, 1998.